PELOS LOGRADOUROS CARIOCAS: UMA PERSPECTIVA DA IMIGRAÇÃO GALEGA NO RIO DE JANEIRO

Érica Sarmiento da Silva

DE NORTE A SUL: ESPANHÓIS E GALEGOS NO BRASIL

Entre os anos de 1880 e 1930 chegaram ao Brasil mais de 500 mil emigrantes espanhóis. O período coincide com a emigração subvencionada no Estado de São Paulo, quando os grandes fazendeiros necessitavam de braços para trabalhar nas lavouras de café. Apesar de a emigração dirigida ser a de maior peso, a chegada de milhares de galegos que emigraram por conta própria também teve um peso significativo em várias cidades brasileiras, como Santos (São Paulo), Salvador (Bahia) e Rio de Janeiro. A chamada emigração espontânea coincidiu com a emigração dirigida, já que a maior concentração de galegos chegou ao Brasil no final do século XIX e começo do século XX (não podemos esquecer que além dos motivos de atração pelos países americanos, também existiram fatores que provocaram a saída do país de origem). Segundo os dados extraídos da *Revista de Imigração e Colonização*, do período que abrange desde o ano de 1884 a 1939, havia o seguinte número de espanhóis no Brasil:

Tabela 1: Ano de chegada e número de espanhóis no Brasil

ANO DE CHEGADA	NÚMERO DE ESPANHÓIS
1884-1893	103 116
1894-1903	102 142
1904-1913	224 672
1914-1923	94 779
1924-1933	52 405
1934-1939	4 604
Total	581 718

Fonte: *Revista de Imigração e Colonização*, ano V, n.º 3, Setembro de 1944.

Os anos de maior registro foram entre 1904 e 1913, períodos auge das plantações de café em São Paulo. Décadas mais tarde, com a queda desse produto e com o panorama internacional envolvido pela Grande Guerra e a crise de

1929, o contingente espanhol que engrossava os dados estatísticos reduziu significativamente. Era o fim da emigração subvencionada. Quem quisesse emigrar teria que custear do próprio bolso. Isso significava que aqueles emigrantes (uma grande parte jornaleiros andaluzes) que viam no pagamento da passagem pelo Governo brasileiro a única oportunidade para sair do seu país, teria que abdicar desse objetivo, caso não tivesse condições de pagar os gastos mínimos de uma viagem. Só a emigração espontânea poderia seguir o caminho rumo ao Brasil. Diferentes oportunidades apareciam além dos trabalhos nas zonas agrícolas. Foi então que outros emigrantes preferiram arriscar as suas economias, arrendar suas terras e buscar trabalho nos centros urbanos em expansão. Dentro do esquema da emigração espontânea, partiram muitos galegos, optando pelas cidades, por um novo cenário completamente distinto das pequenas aldeias. Para eles, a vida rural não se repetiria, o futuro promissor estava na cidade.

Assim sucedeu não só com os galegos que foram para o Rio de Janeiro, mas também com aqueles que escolheram outros destinos como Salvador, Belém (Pará), Santos ou a cidade de São Paulo. Na Bahia, os galegos, a maioria procedente de municípios pontevedreses de Pontecaldelas, Fornelos de Montes e A Lama, predominaram nos setores do comércio de alimentos e bebidas, os chamados secos e molhados, substituindo os portugueses, que até o século XIX eram predominantes neste ramo comercial. A comunidade galega em Salvador criou um modelo de trabalho, onde o clientelismo fez submergir a condição de classe e para participar desse modelo era preciso reconhecer-se de forma definida como membro do grupo e criar as bases para a ascensão da sociedade galega[1]. Os vínculos de dependência entre o emigrante recém-chegado e o já estabelecido encontram-se tanto nas relações de trabalho como nas pessoais. O patrão – o galego que empregava, dependia do seu patrício, o galego que trabalhava – e essa dependência criava uma troca de favores que vinha misturada com um clima de afetividade, de família, mas ao mesmo tempo de exploração do recém-chegado, que sem conhecer ninguém, confiava no *paisano* que lhe oferecia um trabalho e os primeiros apoios.

A corrente imigratória espanhola que chegou a Belém e Manaus, no norte do Brasil, foi quase toda formada por galegos. O trajeto Vigo-Belém-Manaus foi percorrido por milhares de pessoas que se empregaram na construção da linha de trem Madeira-Marmoré, nos centros urbanos ou nas colônias. O governo brasileiro, nos primeiros anos do século XX, recrutou, de forma espontânea, trabalhadores para a construção de uma linha ferroviária que unisse as povoações de Madeira e Marmoré (fazia parte de um acordo com a Bolívia para permitir que esse país pudesse ter uma saída para o mar). Devido às condições precárias dos acampamentos, à falta de apoio do Governo aos trabalhadores e às doenças tropicais muitos emigrantes morreram e outros se dirigiram às cidades. Mais uma vez o Governo não cumpriu suas promessas para com os emigrantes.

Na capital do Estado do Pará, Belém, existiu um importante núcleo de galegos, a maioria procedente de Ourense. A princípio haviam emigrado com o intuito de trabalhar nas áreas agrícolas, fazendo parte de um plano de coloni-

zação do governo. Fracassado o plano, esses galegos decidem abandonar a zona rural e se deslocam para a cidade. Os setores profissionais em que mais atuaram esses emigrantes foram os de bares e hotéis, também se dedicando uma parcela menor a indústrias de calçado, comércios de padaria e casas de comida[2].

O Estado de São Paulo foi o que mais recebeu espanhol e conseqüentemente galego. Nos bairros da Mooca, Brás e Belenzinho (cidade de São Paulo) estava concentrada uma grande parte do contingente imigratório. No mercado de trabalho atuaram principalmente como canteiros, padeiros, sapateiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, entre outros ofícios. Também estiveram presentes no setor terciário, como ocorreu nas outras cidades brasileiras, no pequeno comércio, cafés, bares e hotéis[3]. A imagem do espanhol em São Paulo também vem associada aos movimentos operários, às greves e às expulsões. Não é à toa que em uma parte dos processos de expulsão analisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 42% era de espanhóis/ galegos que viviam no Estado de São Paulo. Aí estiveram também os italianos, uma comunidade muito representativa no que diz respeito aos movimentos operários nesse Estado. Um caso de expulsão na cidade de Santos por anarquismo foi o do galego, natural de Ourense, Miguel Garrido. Quando expulso, Miguel já tinha 39 anos e trabalhava como pedreiro. No seu depoimento se declarou "*um anarquista convicto e militante, não tendo constrangimento em confessá-lo*". O "não constrangimento", segundo as palavras do acusado, em admitir ser anarquista funciona como uma reafirmação e um desafio frente a um sistema político altamente repressivo, que castigava qualquer emigrante que se manifestasse politicamente ou simplesmente que aparecesse em greves e manifestações operárias. Miguel Garrido não só liderava comícios em praças públicas, como também participava de um jornal revolucionário, publicado em São Paulo capital, chamado *A Plebe*. As testemunhas do processo, 4 brasileiros e 1 português, dono de um comércio, fizeram questão de frisar que Miguel era um "elemento perigoso", que pregava a violência contras as classes conservadoras. O medo que esses estrangeiros provocavam na burguesia, por incitarem os trabalhadores a reivindicar seus direitos, transformava-os em elementos perigosos, que ofendiam a moral e os bons costumes do povo brasileiro. Eram tempos em que os operários e os trabalhadores em geral não tinham nenhum direito, viviam baixo as condições dos patrões e sem nenhuma proteção do governo[4].

A partir de 1934 a situação tornou-se desfavorável para aqueles estrangeiros que viam no Brasil o início da sua prosperidade. Neste mesmo ano, o Governo Getúlio Vargas (ainda não estava constituída a ditadura, o que seria o Estado Novo) criou o regime de cotas, ou seja, só podia entrar no país o equivalente a 2% de cada nacionalidade já estabelecida no Brasil. O decreto de 12 de Dezembro de 1930 limitava a entrada de emigrantes (somente aqueles de terceira classe) e os estrangeiros eram vistos como uma ameaça pelos nacionais, devido ao panorama de desemprego e crise que atravessava o país. Aliás, desde que o Brasil passou a ter um regime republicano vários foram os incentivos a entrada de emigrantes, mas também muitos foram os discursos racistas

e o veto a vários "tipos" de estrangeiros que não se encaixavam no perfil adotado pelo Estado. A própria revista de Imigração e Colonização, na década de 40, está repleta de artigos preconceituosos que colocam o estrangeiro na categoria de um simples braço. Nesse período havia uma imagem do emigrante ideal, que era o agricultor, o operário ou o técnico qualificado.

> "Constatamos através do discurso oficial (...) um processo de desumanização do imigrante, tratado como um objeto, um elemento portador de características que podem ou não interessar ao país receptor. Esta desumanização torna-se evidente quando percebemos os termos acionados constantemente para designar o imigrante: alienígena; bom ou mau elemento; desejável ou indesejável; reprodutor"[5].

O governo de Getúlio Vargas via as minorias étnicas como algo extremamente perigoso para o Brasil e por isso implantou políticas de assimilação para os emigrantes, principalmente para as colônias alemãs do sul do país. Acreditavam que aqueles emigrantes que preservavam sua cultura através de associações ou de escolas deveriam ser rapidamente assimilados e nacionalizados para que não impusessem aos brasileiros seus hábitos e sua cultura.

> "O presidente Getúlio Vargas, mostrando a importância da política sistemática de nacionalização, que seu governo adotou: entre as medidas de efeito imediato, e mais relevante refere-se à obra de nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões, onde o fluxo de colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições e modo de ser peculiares a outras raças"[6].

Necessitava-se da presença do emigrante, não só como mão-de-obra, mas também para uma política de branqueamento que sempre esteve mascarada por detrás do discurso de que no Brasil se convivem cordialmente todas as raças. Um país feito só de negros não podia evoluir, era necessário subir os escalões da civilização e atrair emigrantes brancos que pudessem contribuir para que população fosse "clareando" gradativamente a cor de pele com a miscigenação. Assim pensava a elite, acompanhando as teorias evolucionistas da época, querendo importar idéias que não condiziam com a realidade brasileira. Sem querer entrar mais a fundo na questão do racismo, é verdade que alguns emigrantes podiam ser mais bem-vindos que outros, segundo o discurso da intelectualidade da época e segundo o momento político em que vivia o país. Segundo Elena Pájaro Peres, no seu já citado artigo, "na década de 30 e 40 se condenou a imigração de judeus e de japoneses considerados como elementos inassimiláveis e perigosos para a segurança nacional. Dava-se preferência aos imigrantes de origem latina: portugueses, italianos e espanhóis, por serem vistos como os mais próximos culturalmente, além de mais assimiláveis. Recusava-se o negro e, muitas vezes, o alemão"[7]. Contraditoriamente, os portugueses viveram

um período de rejeição pela sociedade brasileira, quando no começo da República eram acusados de monárquicos, de exploradores e simbolizavam todo o mal que representou a colonização.

RIO DE JANEIRO: A OUTRA CARA DA "CIDADE MARAVILHOSA"

O Rio de Janeiro, durante a primeira década Republicana (a partir de 1889), viveu uma fase radical de profundas transformações de natureza econômica, social, política e ideológica. Todas essas transformações estão estreitamente ligadas à migração de escravos libertos da zona rural para urbana, a intensificação da imigração e as melhorias nas condições de saneamento[8]. Com a Abolição da Escravidão (1888), milhares de negros foram "jogados" nos centros urbanos, sem nenhuma política educativa que pudesse integrá-los à sociedade. Essa massa despreparada juntou-se ao contingente de subempregados e desempregados, engrossando as fileiras de pessoas com ocupações mal-remuneradas.

A cidade começou a crescer de forma contínua. Suas ruas e avenidas despontavam em um rápido ritmo, surgiam os novos transportes como o bonde e o automóvel, apareciam os bancos e as indústrias. A demografia carioca também apresenta importantes transformações em sua estrutura populacional, com a chegada de centenas de migrantes rurais e o aumento da imigração. A população do Rio, em 1870, se limitava a 235 381 pessoas, já em 1890 contava com 522 651 e 15 anos depois em 1906 eram 811 443 os que habitavam a "cidade maravilhosa". A população continuou aumentando desenfreadamente e em 1920 a cifra chega a 1 157 873[9]. Junto com esse crescimento aparecem as epidemias de varíola, peste e febre amarela. As enfermidades contaminam as zonas mais pobres da cidade, onde se aglomeram os prostíbulos e os cortiços. São as duas caras de um Rio de Janeiro que se desenvolvia ignorando as classes populares. Era necessário reformular a cidade, modernizá-la, segundo os conceitos e as reformas vista por uma elite, por uma burguesia que só favorecia a sua própria classe e ignorava as camadas sociais que faziam parte desse entorno. Dentro desse contexto, a imigração se intensifica, acompanhando a transição para uma ordem capitalista de uma sociedade constituída por uma massa de ex-escravos analfabetos e despreparados. O aumento do custo de vida era agravado pela chegada dos estrangeiros. Ampliava-se a oferta de mão-de-obra e a luta pelos escassos empregos disponíveis[10].

Nos primeiros anos do século XX, no governo do prefeito Pereira Passos houve uma reestruturação da cidade do Rio de Janeiro, em todos os sentidos. Era necessário modernizar o país, começando pela capital. Fazer das suas ruas um espaço digno de se viver, seguindo os padrões europeus. Remodelar a cidade significava destruir o que não fizesse parte esteticamente do cenário de beleza que a elite desejava criar para o convívio, supostamente, de todos. As camadas populares que habitavam as áreas centrais da cidade, onde estava localizado o comércio e a maioria dos empregos foram as primeiras a serem afeta-

das com todas as mudanças. O conceito de civilização incluía todos os habitantes e era necessário seguir os padrões estabelecidos pela modernidade. Para isso, foram destruídos os cortiços, as estalagens, todas as moradias baratas que "entupiam" as ruas, enfeavam o cenário e que não combinavam com o planejamento urbano idealizado pelos engenheiros e políticos da época. A população de baixa renda foi a mais afetada, tendo que se deslocar para a periferia, criando novos bairros, ou permanecendo nas pensões ou cortiços que resistiam às reformas urbanísticas.

Os emigrantes não estavam livres de serem excluídos da sociedade carioca. Na nova ideologia do trabalho os estrangeiros não poderiam ser esquecidos, já que constituíam, neste momento mais de 20% da população carioca. Na constituição Republicana de 1891, foram mencionados casos de expulsão a qualquer estrangeiro que ameaçasse a segurança nacional, como, por exemplo, através da manifestação na imprensa e o direito de representação de livre associação. Aqueles que estivessem participando em jornais anarquistas e em movimentos ou associações operárias seriam expulsos do país. Em 1907, a lei de expulsão de estrangeiros, conhecida também como "a lei dos indesejáveis" concretizou este quadro com a obrigatoriedade de deportar todos os indivíduos improdutivos (vagabundos bêbados, desempregados) e também os que exerciam atividades ilícitas (cáftens e ladrões comuns)[11].

Manoel Sánchez foi um desses emigrantes que retomaram o caminho da casa da forma menos desejada. Expulso em 1907, a bordo do vapor "Brasileño" com destino a Barcelona, esse emigrante da província de A Coruña foi acusado por dois funcionários públicos de ser "um vagabundo incorrigível"[12]. Segundo os depoimentos das testemunhas, o emigrante não tinha domicílio certo e vivia alcoolizado pelas ruas da cidade "provocando desordem". Conclusão: Manoel Sánchez era um mendigo, não tinha nem onde morar, nem onde trabalhar. Dormia ao relento ou nas casas em construção. Aos 45 anos de idade, Sánchez se vê obrigado a voltar para a Galiza, com uma idade já avançada, com uma família a sua espera (era casado) e na condição de criminoso. O crime desse emigrante para as autoridades da época era o fato de não ter casa e perambular pelas ruas embriagado. Sánchez não teve defesa, ninguém se importou com a sua condição e a palavra final do processo ficou gravada autoritariamente: expulsão. Sem dúvida um triste retorno que demonstra umas das muitas caras da imigração.

Imigrantes criminosos também existiam e expulsões justas também, mas sobram casos como o de Manoel Sanchez que, saindo da sua terra, como tantos outros, possivelmente não buscava mendigar pelas ruas do Rio de Janeiro, mas acabou caindo na marginalidade, no alcoolismo e no grupo dos "indesejáveis" do Rio do começo do século XX.

Não ausente de tudo o que estava acontecendo, a imprensa carioca denunciou a situação daqueles emigrantes que não pertenciam a esse novo conceito de cidade moderna e civilizada:

> "A travessa do comércio ostentou ontem à noite o mesmo triste espetáculo (...) Dezenas de imigrantes espanhóis e italianos ali procuravam abrigar-se e passar a noite em promiscuidade e abandono que quaisquer que sejam as causas é deprimente para a administração pública. Acreditemos que eles não têm direito ao acolhimento nas hospedarias do Estado, nem razão justificada para se queixarem da falta de ocupação, mas a sua vagabundagem e a sua miséria, ainda que merecida, não podem continuar daquele modo sem grave responsabilidade dos poderes públicos. Dêem-se lhes agasalhos, ou permita-se-lhes que voltem aos países de onde vieram ainda mesmo com o sacrifício do Estado. Os interesses da boa imigração são muito mais importantes do que os motivos regulamentares que possam explicar e até justificar o abandono daquela gente"[13].

Notemos que ao mesmo tempo em que o jornal pede que as autoridades se responsabilizem por esse emigrantes, julga-os como merecedores da sua situação de vagabundagem e de miséria. Dentro da emigração não só de espanhóis, mas de um modo geral, o emigrante deixava a sua família, a sua pátria na intenção de progredir, de buscar melhorar a sua condição sócio-econômica. A imagem do emigrante como um trabalhador, fazendo parte do mercado brasileiro, está muito mais vinculada à realidade, aos objetivos da emigração, do que, como queriam alegar as autoridades brasileiras ou alguns meios de comunicação da época, a livre escolha do estrangeiro pela mendicância e pela miséria. O mais lógico é pensar que alguém que deixa a sua pátria e a sua família, seja por motivos políticos ou econômicos, não escolheria por vontade própria estar vivendo pelas ruas de um país estrangeiro. O mais provável é que fatores externos, como o custo de vida, a falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a falta de apoio das autoridades brasileiras levassem esses estrangeiros a caírem na marginalidade. O Rio de Janeiro, que tanto acolheu os emigrantes, também viveu seu momento de desconfiança dos estrangeiros e nesse período vários galegos acabaram sendo obrigados a cruzar o oceano, expulsos ou repatriados, sendo culpados por não ter nem onde dormir nem onde trabalhar.

Não trabalhar, numa ex-sociedade de escravos era crime de expulsão. O português João Galego[14] foi expulso devido a sua condição de *vagabundo*. As autoridades brasileiras o mandaram direto para Lisboa no vapor "Nile" no dia 25/06/1907. Como tantos outros processos de expulsão, esse foi mais um que apresentou duas faces: ao mesmo tempo que ofereceu dados acerca da imigração, também mostrou a obscura cara do cenário das ruas do Rio. Se por um lado, conseguimos desvelar uma parte da vida dos emigrantes galegos e portugueses indesejáveis do Rio de Janeiro, por outro percebemos que esses personagens não se manifestavam, não tinham voz e nenhum direito à defesa. Curiosamente, João Galego, ao ser "um vagabundo incorrigível", não ter uma profissão ou ofício com que ganhasse a vida honestamente, não teve direito sequer a declarar, nem ter um advogado. Só conseguimos saber que era um emigrante jovem de 24 anos, trabalhava como pedreiro e era casado (a esposa devia estar em Portugal). As demais informações recolhidas foram fornecidas pelas únicas testemunhas do processo: dois funcionários públicos que incriminavam o por-

tuguês acusando-o de vagabundo e também de tentativa de assassinato. Outro dado curioso dos depoimentos: ambos declararam que o português se relacionava com uma mulata, inclusive sublinham com caneta vermelha a palavra mulata. Porquê? Em que podia interferir a relação do português com uma mulata brasileira com a sua condição de criminoso? Está claro que as acusações morais também estavam a ordem do dia. Não queremos e não pretendemos, através de adivinhações ou interpretações mal-sucedidas, falsear os depoimentos do processo, mas sim perceber o que pode haver detrás das suas entrelinhas. Estamos diante de um processo sem defesa, sem declaração do próprio acusado e com observações pessoais que não se relacionavam com o seu crime ou suposto crime.

Já vimos que há diversas opiniões em diferentes momentos quanto à entrada dos estrangeiros no Brasil. Independente das teorias prós ou contra a emigração, os emigrantes entraram no porto carioca. A população da cidade ia se formando por ex-escravos, por migrantes de outras zonas do Brasil e por estrangeiros. Em 1920, mais de 20% da sociedade carioca era estrangeira. No censo de 1906, dos 210 515 imigrantes, 133 mil eram portugueses, 25 557 italianos e mais de 20 mil eram espanhóis. No censo de 1920 o quadro se repete com os espanhóis mantendo o terceiro lugar como contingente imigratório no Rio[15].

GALEGOS PORTUGUESES OU PORTUGUESES GALEGOS?

> "Meu caro amigo, pergunta-me v. o que pensam os jacobinos da Galiza espanhola e dos gallegos quando chamam os portugueses de gallegos. (...) A Galiza é uma terra rude e forte de Espanha, que dado homens de alta inteligência à política e à literatura, ao demais, qual espantosa de capacidade de trabalho em comparação com as outras províncias do reino de Alfonso XIII…"[16].

No ano de 1921, um dos mais importantes jornalistas da sociedade carioca do começo do século XX, João do Rio, demonstrava conhecer perfeitamente as diferenças entre os imigrantes galegos e os portugueses. Na seção *Bilhete*, do jornal *A Pátria* do dia 15 de Fevereiro de 1921, expressava a sua indignação por confundirem os portugueses com os galegos. A carta, endereçada a um tal A. Martínez, galego da cidade de Tui, localizada na província de Pontevedra, estava cheia de enfados em relação aos brasileiros, acusados pelo escritor de serem *"uma pilhéria de almofadinhas, que querem humilhar o trabalho dos outros"*. O jacobinismo, movimento antilusitano, era contestado pelo jornalista, que defendia a imagem do português – e de quebra a do galego – como símbolo da honestidade e do trabalho. Ambos emigrantes eram dignos de admiração pelas suas qualidades de descobridores, colonizadores e, principalmente, o que se via no dia-a-dia nas ruas do Rio de Janeiro: o esforçado e honrado trabalhador, que não renuncia a horas de trabalho árduo para conseguir seus objetivos:

> "Quando os jacobinos chamam os portugueses de gallegos, ofensivamente devem partir primeiramente da idéia de que é humilhante trocar a pátria de alguém. Se chamarem a um brasileiro de argentino, ele não fica contente, apesar da Argentina ser uma grande nação sul-americana. Se chamarem V. de turco. V. Martínez de Tuy, V. fica furioso".

Parece ser que essa imagem positiva que quis passar o autor não tinha muito a ver com a realidade das ruas cariocas. A palavra "galego", dirigida aos emigrantes portugueses não era nada agradável. A nobreza do trabalho árduo, do esforço máximo para economizar cada níquel ganho no país emigrado, era substituída pelas classes populares com adjetivos como "galego sujo", sem escrúpulos, mesquinho, burro-de-carga ou avarento. O "galego" era aquele emigrante, normalmente o português dono de botequim ou de pensão, que estava em contato direto com as classes mais baixas da população e que para conseguir ascender economicamente não poupava meios, roubando a clientela, vendendo produtos de pior qualidade ou vivendo em condições precárias para juntar a sua sonhada fortuna.

O pequeno comércio se tornou alvo de pressão das camadas populares. A população passou a reclamar mais dos comerciantes e de suas práticas fraudulentas e da qualidade dos alimentos. Por outro lado, os comerciantes passaram a exigir um melhor serviço de infra-estrutura urbana, principalmente água e luz, e mais respeito e eficácia nas ações policiais contra àqueles que agrediam seus negócios, enquanto os empregados de comércio pediam a mediação do Estado nos conflitos trabalhistas com seus patrões que envolviam o não pagamento de salários, maus tratos e demissões injustificáveis[17]. Cada um se defendia como podia, o consumidor era vítima do alto custo de vida e culpava os pequenos comerciantes pelas subidas de preço, esses para atingir seus lucros se defendiam à base de fraudes, descontando em cima da população; e os empregados não contavam com leis trabalhistas que o defendessem dos abusos dos patrões. Um panorama caótico, onde o Estado ficava de fora, observando de longe como o povo, sem meios educacionais e sem perspectivas de melhoras, se engalfinhava e cobrava seus direitos na mercearia ou no botequim do português.

Recorrendo à literatura, dessa vez com Aluísio de Azevedo, no romance *O Cortiço*, encontramos a figura de João Romão, o dono do cortiço, o estereótipo do português, ignorante, sempre com seus inseparáveis tamancos, cujo único objetivo é conseguir, ademais de acumular riqueza à custa dos moradores do cortiço, de ser reconhecido socialmente. Num episódio do romance, onde uma brasileira e uma portuguesa travam uma luta corporal pelo amor de um mesmo homem – outro português chamado Jerônimo – aparece mais uma vez a palavra galego como marca da emigração lusitana:

> "Dois partidos todavia se formavam em torno das levantadoras; quase todos os brasileiros eram por Rita e quase todos os portugueses pela outra (...)

> E as palavras *galego* e cabra cruzaram-se de todos os pontos, como bofetadas (...) Ouviram-se num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil"[18].

O termo galego acabou chegando ao Brasil pela boca dos próprios portugueses. Parece que o feitiço virou contra o feiticeiro e os galegos, desta vez os originários da Galiza e não os "galegos do Minho", involuntariamente "cederam" a sua identidade para que os portugueses fossem insultados pelos brasileiros. Os galegos, antes de emigrarem para o Brasil de forma massiva, já conheciam os domínios lusitanos. Dirigiam-se, principalmente, para as cidades de Lisboa e Porto, exercendo ofícios de carregadores ou ambulantes ou trabalhando nos serviços domésticos e nos pequenos comércios. O país vizinho não representava só uma oportunidade de trabalho, mas também posteriormente, uma saída para o mar, cobiçada pelos que viajavam clandestinamente, fugindo das obrigações militares. Os portos portugueses presenciaram a despedida de milhares de emigrantes galegos. A emigração era conhecida pelas autoridades galegas, que se preocupavam com a escapada em massa da população masculina. Em 1838, o Governador da província de Pontevedra, fronteira com Portugal, informou ao capitão geral da Galiza que *"las relaciones de los naturales de la provincia de Pontevedra con sus vecinos del Reino de Portugal son comparativamente mayores que las de ninguna otra provincia limítrofe, hasta el punto de que se puede asegurar sin exageración que de alguno de los partidos de esta provincia apenas quedan jóvenes que no vayan a ganar la vida a Portugal"*[19]. A pressão fiscal numa sociedade baseada no minifúndio, os sistemas hereditários que parcelavam as pequenas propriedades, a falta de perspectiva de trabalho, unidos a um recrutamento militar severo, obrigavam os jovens galegos a emigrarem para Portugal já antes de traçarem seus destinos para o Brasil.

No Jacobinismo[20], o movimento antilusitano estreitamente vinculado à recém-consolidada República brasileira e formado por grupos republicanos que pertenciam às camadas médias urbanas emergentes, utilizava-se a expressão *"galego vai para tua terra!"*, como uma forma de rechaço à população portuguesa que, além de ter a sua postura política associada ao monarquismo, também provocava a inimizade dos nativos devido ao monopólio de muitos setores do pequeno comércio da sociedade carioca, estreitamente ligados às classes baixas, como pensões, bares e botequins ou padarias. Está claro que a palavra "galego", nesse contexto, nem se relacionava aos indivíduos originários da Galiza, nem tinha uma conotação positiva.

Segundo o artigo de Jorge Fernandes Alves[21], a semelhança lingüística e comportamental entre os galegos e os portugueses do Norte, deram a estes últimos o apelido de "Galegos do Minho". O perfil social dos dois emigrantes (de diferentes países, mas a fronteira, nesse caso, parece estabelecer unicamente uma diferença política e não cultural) está vinculado à imagem de trabalhador, daquele que se dedica aos ofícios mais brutos e desprezados pela sociedade, o

burro-de-carga, o que economiza qualquer níquel para voltar para sua terrinha ou para abrir um pequeno negócio, um armazém, uma padaria ou um botequim, onde pudesse ascender social e economicamente.

A organização do mercado de trabalho nas principais cidades portuguesas no século XVIII, formada pela emigração galega não esteve no ponto de mira de cronistas e viajantes que estiveram no Brasil no mesmo período. Uma curiosa comparação entre os galegos e os trabalhadores negros transportadores de café do porto do Rio de Janeiro ficou registrada nos escritos de viagem de Sir. Henry Chamberlain, no começo do século XX:

> "Os negros carregadores do Rio, entretanto, ou não são tão fortes, ou não são tão desejosos de usar a sua força, tal como os trabalhadores *galegos em Lisboa*, dos quais não encontram dificuldades para carregar uma pipa de vinho, enquanto menos de oito dos primeiros não tentarão suspender uma"[22].

As semelhanças entre portugueses e galegos também foram registradas em outros estados brasileiros, como Pará e Bahia. Na Bahia, os galegos que emigraram no final do século XIX trabalharam nos pequenos comércios, nos chamados armazéns de secos e molhados, que antes eram ocupados pelos portugueses. A população baiana, que anteriormente estava contra os portugueses, passa a ver os galegos como uma concorrência no mercado de trabalho, ocupando lugares que deveriam ser da população nativa[23].

No caso do Pará, nas últimas décadas do século XIX, os portugueses também atuavam majoritariamente no setor do comércio e indústria, principalmente no comércio retalhista. Os brasileiros, neste Estado, também viam os portugueses como concorrentes em um mercado de trabalho que oferecia poucas oportunidades. As rixas chegaram a tal ponto que os nativos questionaram a validade da livre concorrência, exigindo a nacionalização do comércio de retalhos, controlado em grande parte pelos portugueses. A alta classe mercantil paraense utilizava os veículos de comunicação para fazer voz de seus argumentos antilusitanos e utilizar de calúnias e afrontas verbais que reclamavam contra "*os galegos infames que chegando aqui sem vintém, sem ofício nem benefício, compram logo fiado uma taberna, assinam muitas vezes letras, sem saberem o que assinam, e depois para pagarem, andam roubando aqui e acolá*"[24]. Os portugueses no Pará também recebiam a denominação de galegos.

No Rio de Janeiro, como já foi explicado nos parágrafos anteriores, o sentimento antilusitano foi acentuado com o início da República, com a imagem de uma cidade em expansão e ávida pelos símbolos da modernidade, que queria se livrar da imagem da monarquia portuguesa e que passava por transformações urbanísticas que atingiram negativamente as camadas mais baixas da população, entre elas muitos emigrantes europeus. No setor industrial carioca do começo do século XX, 50% do proletariado era constantemente alimentado pela imigração, proveniente principalmente de Portugal. Segundo o censo de 1890, 30% da população da cidade era composta por estrangeiros. Destes

estrangeiros, 70%, ou seja, 106 461 eram portugueses, que atuavam fortemente em alguns setores da população, como o artesanato (representavam 40%), empregados de comércio (51%) e empregados dos transportes (53%). O anti-lusitanismo português no Rio de Janeiro, como no caso do estado do Pará, remonta desde a época da Independência (1822), quando a população nativa já se queixava do controle do comércio pelos portugueses[25]. A população carioca sentindo-se marginalizada pelo sistema político e invadida por um contingente estrangeiro que fazia concorrência frente a um incipiente mercado de trabalho, culpava os emigrantes pela carestia e pelas más condições de vida.

Para o caso dos galegos na Argentina, o sentido pejorativo utilizado pela população nativa em relação ao uso da palavra galego parece remontar desde os períodos coloniais, quando a imagem do emigrante já era depreciada nas novelas, literatura e nos teatros castelhanos. No século XX, os estereótipos dos emigrantes galegos foram reforçados. O termo "galego" estava associado a indivíduo preguiçoso, sujo e de inteligência tosca. Mesmo ocupando posições econômicas importantes na sociedade ou ascendendo economicamente através do próprio esforço, os estereótipos do galego bruto e sem cultura já estavam enraizados na sociedade argentina[26]. A imagem é, em certa medida, parecida a dos galegos no Brasil; diferencia-se no fato de que a emigração majoritária dos oriundos da Galiza sobre a espanhola na sociedade argentina foi criando um estereótipo que alcançou a todos os espanhóis e no Brasil houve uma troca de nacionalidade, os portugueses – que eram os emigrantes majoritários – é que são os galegos. Além disso, o português não era visto como preguiçoso. O conceito de trabalhador podia ter duas interpretações, a positiva – o imigrante símbolo do esforço – e a negativa – o imigrante que se aproveita dos nativos e que faz do trabalho desonesto um meio para alcançar sua ascensão socioeconômica.

Após confirmarmos, a partir de várias fontes bibliográficas, literárias e jornais da época, que os galegos no cenário carioca eram os portugueses, perguntamos: até que ponto isso tornaria a comunidade galega invisível perante a sociedade carioca ou perante a mirada dos historiadores da emigração?

Analisando desde a perspectiva do mercado profissional e do contingente migratório que habitava o Rio de Janeiro do final do século XIX/começo do século XX encontramos os portugueses ocupando majoritariamente o ramo do pequeno comércio e de hotelaria e sendo o grupo de emigrante mais numeroso da sociedade carioca. Os portugueses residentes na capital distribuíam-se pelas paróquias de São José, Santa Rita e Santana, além da Candelária e os espanhóis/galegos também se espalhavam pelas áreas mais centrais destacando-se nas freguesias de São José, Santa Rita e Santo Antonio. Ambos emigrantes se concentravam nas zonas das habitações coletivas, convivendo diretamente com as classes nacionais mais pobres, formadas por libertos e migrantes de outras regiões brasileiras. Isso significa que em muitos aspectos do cotidiano carioca, onde já estavam estabelecidos os portugueses, se aglomeraram também os galegos, e perante os olhos dos nacionais de alguma maneira esse fator deve ter influenciado.

Devemos pensar que os portugueses, para os primeiros galegos que chegaram no Rio de Janeiro, podia ser um ponto de apoio, não só devido à semelhança lingüística e cultural que os uniam (nos referimos aos portugueses do Norte) como ao fato dos lusos já estarem estabelecidos e adaptados no Brasil muito antes que outros emigrantes. Daí a possibilidade dos galegos terem freqüentado associações recreativas portuguesas, trabalhado de caixeiros nas vendas dos lusos e também compartido sociedade com eles. Nas entrevistas realizadas com emigrantes que saíram da Galiza antes de 1940, as relações com os portugueses atingiam tanto o nível profissional como o afetivo. O emigrante Francisco López Landeira teve diversas experiências com os portugueses, quando em 1934 chegou no Rio de Janeiro, aos 17 anos, deixando seu concelho natal, Santa Comba[27] (A Coruña):

> "Eu participava nas associações portuguesas (...) era sócio do Orfeão Português, da Banda Portugal na Praça Onze. Eu era sócio dos portugueses porque naquele tempo não havia nenhuma sociedade Espanhola no Brasil. O Centro Galego acabou por causa da Segunda Guerra[28]. Quando me casei já não fui sócio, deixei de freqüentar todas as associações, tanto portuguesas como espanholas."

Aqui, o emigrante deixa registrado que o seu ambiente de sociabilidade na sua época de solteiro era junto com os portugueses. Nessas associações se divertia, teve a sua primeira namorada e desfrutava do pouco tempo livre que sobrava nas jornadas de trabalho como lavador de pratos e garçom. Sem ter nenhum centro recreativo espanhol ou galego que suprisse seus momentos de ócio escolheu a companhia dos portugueses, com quem se sentia, segundo suas próprias palavras, muito bem.

> "Tinha mais amigos portugueses que espanhóis. Andávamos por aqueles clubes e eles me davam convites. Os portugueses trabalhavam na mesma coisa que os galegos, porque no ramo de restaurantes e hotéis eram muito portugueses, mais que espanhóis. Há bastante galegos, mas a maioria foi para a Argentina e Montevidéu "[29].

Outro emigrante, dessa vez do município de A Lama (Pontevedra), Manoel Moreira Barros, desembarcado no ano de 1935, manteve contatos profissionais e amistosos com os portugueses:

> "Quando cheguei no Brasil me relacionei primeiro com portugueses e brasileiros. Meu primeiro trabalho foi um negócio, que era armazém e açougue, em sociedade com um português. Mas não deu certo e vendi a minha parte. Eu sempre convivi muito com portugueses e também com brasileiros"[30].

No incipiente setor terciário que ia se definindo pela paisagem urbana carioca, os grupos de emigrantes buscavam e definiam seu espaço, remarcando as ruas e seu meio de vida. As redes de solidariedade surgidas posteriormente

nasceriam desses pioneiros que ocuparam determinados setores do mercado de trabalho carioca, garantindo um emprego para os posteriores emigrantes em áreas já monopolizadas por eles. Podemos destacar diversos casos de grupos de estrangeiros no Rio de Janeiro que dominaram um ramo do setor terciário, como, por exemplo, os italianos, com a venda de jornais, como engraxates ou ambulantes no final do século XIX; ou os sírio-libaneses, que também no final do século XIX se estabeleceram numa área central do Rio de Janeiro, conhecida como "rua dos turcos" ou "bairro árabe", iniciando-se como vendedores ambulantes de artigos de armarinho e roupas de cama. O mesmo aconteceu com os portugueses e galegos que se especializaram no ramo do pequeno comércio e hotelaria.

Talvez devêssemos pensar na emigração galega e na dos portugueses do Norte como uma corrente única, que posteriormente pode ter se dividido com a chegada massiva de ambos os grupos e com as redes familiares já constituídas em um sólido apoio sócio-econômico para os recém-chegados. Afinal, que diferença podia notar o brasileiro entre um emigrante galego e um português quando entrava num armazém e se deparava com o jovem caixeiro de pouco mais de 15 anos limpando a loja do patrão ou o dono do hotelzinho da esquina que alugava quarto para encontros amorosos? Quem era? O galego que acabava de chegar ou o português de sempre?

Numas das muitas entrevistas realizadas no ano de 2000, quando perguntei a um emigrante sobre as melhorias econômicas proporcionadas pela emigração, ele prontamente respondeu: *"A emigração favoreceu a situação econômica da Galiza. O galego como o português é muito patriota, sabes? Nós sempre procuramos mandar um dinheirinho que sobra para ajudar a família que ficou do outro lado"*[31].

Nem sempre as características da emigração estão rigidamente demarcadas pelas fronteiras. Regiões limites entre dois países podem apresentar mais semelhanças comportamentais e culturais entre seus habitantes que províncias pertencentes a um mesmo país.

FONTES

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – Processos de expulsão, IJJ7, 143, 145, 158.
(O) Paiz, 8 de Fevereiro de 1889.
(A) Pátria, 15 de Fevereiro de 1921.
Revista de Imigração e Colonização, ano V, n.º 3, Setembro de 1944.

FONTES ORAIS

Francisco López Landeira, entrevistado no dia 10 de Setembro de 2003, em Santa Comba, *A Coruña*.
Manuel Moreira Barros, entrevistado no dia 26 de Setembro de 2000, no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renato (1943), "O folclore como elemento nacionalizador dos colonos estrangeiros". *Revista de Imigração e Colonização*, n.º 2, ano 3, Rio de Janeiro.

ALVES, Jorge Fernandes (1997), "Peregrinos do traballo. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto". *Estudios Migratorios*, n.º 4, Santiago de Compostela.

AZEVEDO, Aluísio de (1994), *Casa de Pensão*, 7.ª ed., Rio de Janeiro: Ática.

BACELAR, Jefferson (1994), *Galegos no paraíso racial*, Salvador: Ianamá.

CARVALHO, José Murilo de (1987), *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo: Scwarcz.

CHALOUB, Sidnei (1984), *Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

CRUZ, Maria Cecília Velasco (2000), "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930", in *Afro--Ásia*, Centro de Estudos Afro-orientais, Salvador-Bahia: FFCH/UFBA.

MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, Maria Antonieta Martínez (1997), "Os españóis en São Paulo: cultura, cotián e experiencias de vida". *Estudios Migratorios*, n.º 3, Santiago de Compostela.

MARTÍNEZ, Elda E. González (1990), "El aporte gallego al proceso inmigratorio brasileño: 1890-1950", in *X Xornadas de Historia de Galicia*, dir. Jesús de Juana e Xavier Castro, Ourense: Deputación de Ourense.

MENEZES, Wagner Chagas de – *Costurando retalhos: configuração e cotidiano do pequeño comércio do espaço central da Cidade do Rio de Janeiro, 1899-1903*, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

MOTTA, Mary Hesler de Mendonça (1982), *Imigração e trabalho industrial – Rio de Janeiro (1889-1930)*, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PERES, Elena Pájaro (1997), "Proverbial Hospitalidade? A *Revista de Imigração e Colonização* e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955)". *Revista Acervo. Imigração*, vol. 10, n.º 2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

RIBEIRO, Gladys Sabina (2002), *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez (1999), "Algunas notas sobre la imagen social de los inmigrantes gallegos en la Argentina", in *Galicia nos contextos históricos*, dir. Pilar Cagiao Vila, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

TABOADA, José Antonio López (1994), "Emigración gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX", in *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, dirs. Eiras Roel e Ofelia Rey Castelão, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

VAQUINHAS, Irene Maria (1998), "Fora galego (Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX)", in *Os "brasileiros" da emigração*, dir. Jorge Fernandes Alves, Vila Nova de Famalicão: Câmara de Vila Nova de Famalicão.

NOTAS

1 BACELAR, 1994: 179.
2 MARTÍNEZ, 1990: 257-260.
3 MACIEL e ANTONACCI, 1997: 65-111.
4 ANRJ – *Processos de expulsão*, IJJ7 145.
5 PERES, 1997: 56.
6 ALMEIDA, 1943: 40.

7 PERES, 1997: 58.
8 CHALOUB, 1984: 22.
9 MOTTA, 1982: 141. A autora alerta a imprecisão dos dados dos censos do Rio de Janeiro dos anos de 1906 e 1920, alegando que entre os dois censos, para o mesmo ano, os resultados não correspondem. Por exemplo, a população do Rio para o ano de 1872 está registrada nos dois censos com diferentes resultados. As estatísticas oficiais sempre contém uma percentagem de erros.
10 CARVALHO, 1987: 21.
11 MOTTA, 1982: 301.
12 ANRJ – *Processos de expulsão*, IJJ7, 143.
13 *O Paiz*, 8 de Fevereiro de 1889.
14 ANRJ – *Processos de expulsão de estrangeiros*, IJJ7 158. Esse sobrenome possivelmente é um apelido, já que muitos emigrantes davam nomes falsos nos processos judiciais. A palavra "galego" tinha uma conotação negativa na sociedade carioca e era utilizada para se referir aos portugueses. No seguinte item "galegos portugueses ou portugueses galegos?" explicamos a utilização do termo galego.
15 MOTTA, 1982: 141.
16 *A Pátria*, 15 de Fevereiro de 1921.
17 MENEZES, 1998: 188-189.
18 AZEVEDO, 1992: 237-238.
19 TABOADA, 1994: 420.
20 O tema da emigração portuguesa e do jacobinismo está bem desenvolvido no livro de RIBEIRO, 2002.
21 ALVES, 1997: 69-71.
22 Sir Henry Chamberlain, *Views and costumes of the city and Neighbourhood of Rio de Janeiro, from drawinga taken by Lieutenant Chamberlain of the Royal Artillery during the years 1819 and 1820 with descripitive explanations*, Londres, Howllet and Brimmer Columbian Press, 1822. Citação extraída do artigo de CRUZ, 2000: 257 (ênfase da autora).
23 BACELAR, 1994.
24 VAQUINHAS, 1998: 81-82.
25 CARVALHO, 1987: 77-79.
26 SEIXAS, 1999: 70-80.
27 Entrevista a Francisco López Landeira no dia 10 de Setembro de 2003 (Santa Comba – A Coruña).
28 Na década de 40, o Centro Galego foi fechado pela ditadura de Vargas que nacionalizou as instituições.
29 Entrevista a Francisco López Landeira no dia 10 de Setembro de 2003 (Santa Comba – A Coruña).
30 Entrevista a Manoel Moreira Barros no dia 26 de Setembro de 2000 (Rio de Janeiro).
31 Entrevista a Manoel Moreira Barros no dia 26 de Setembro de 2000 (Rio de Janeiro).